



ACÓRDÃO Nº 226/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11162/2014.

Aposos: Processo nº 10528/2014 e 11520/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Marãã.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Bethuel Pereira Brizado Filho – Ordenador de Despesas.

6- Unidade Técnica: DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5878/2016-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.239/242).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Marãã. Exercício de 2013.

Irregularidade. Alcance. Inabilidade. Prazo. Remessa. Determinações.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anuais Câmara Municipal de Marãã, exercício 2013, sob a responsabilidade do **Sr. Bethuel Pereira Brizado Filho**, Gestor e Ordenador de Despesa, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8 do Relatório Conclusivo e item 13 da Proposta de Voto;
- 9.2. Declarar em Alcance** o **Sr. Bethuel Pereira Brizado Filho**, Gestor e Ordenador de Despesa, exercício 2013, no valor total de **R\$ 1.232.340,00**, (um milhão, duzentos e trinta e dois mil e trezentos e quarenta reais) pela inexistência de comprovantes de gastos do montante transferido à Casa Legislativa (item 13 da Proposta de Voto, Notificação nº 318/2016-DICAMI), nos termos do inciso VI do art. 304 do RI-TCE/AM;
- 9.3. Aplicar multa** ao **Sr. Bethuel Pereira Brizado Filho**, Gestor e Ordenador de Despesa, exercício 2013, no valor de **R\$ 16.700,00** (dezesesseis mil e setecentos reais), nos termos do inciso VI do art. 308 da



ACÓRDÃO Nº 226/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8 do Relatório Conclusivo e item 13 da Proposta de Voto, Notificação nº 318/2016-DICAMI);

- 9.4.** Considerar o **Sr. Bethuel Pereira Brizado Filho**, Gestor e Ordenador de Despesas, exercício 2013, inabilitado por 05 anos para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança, em virtude da existência de graves infrações por ele praticadas, nos termos do art. 56 da Lei Orgânica-TCE/AM;
- 9.5.** **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);
- 9.6.** **Remeter os autos à DICREX** para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 9.7.** **Determinar à Origem**, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- 9.7.1-** encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da Resolução 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88; línea “h” do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução 11/2009 c/c § 3º, do art. 165 da CF/88;
- 9.7.2-** implante o Sistema de Controle Interno em atendimento ao artigo 45 da Constituição Estadual c/c o art. 43 da Lei estadual nº 2423/96 e a Lei 4.320/64;
- 9.7.3-** informe todos os processos licitatórios no sistema e-contas;
- 9.7.4-** dê publicidade no Diário Oficial do Estado ou Município dos Balanços (orçamentário, financeiro e patrimonial em conformidade com o art. 9º da LC nº 06/1991);
- 9.7.5-** observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento



ACÓRDÃO Nº 226/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral